

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.866 - SP (2019/0163770-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RAFAEL SILVA SANTOS
ADVOGADO : RICARDO CORSINI E OUTRO(S) - SP228755
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

RAFAEL SILVA SANTOS alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2020252-29.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que, em 28/1/2019, foi decretada a prisão temporária do recorrente, pelo prazo de 30 dias, porque, segundo as investigações, estaria envolvido na suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado.

Requer, liminarmente, a **revogação da custódia temporária**, por considerar inidôneos os motivos elencados para sua decretação, notadamente diante da tese defensiva de legítima defesa.

O pedido não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Juízo singular registrou que "**a quantidade de disparos, as regiões corporais das vítimas onde o averiguado pretendia acertar denotam grau elevado de violência**". Em que pese a alegada legítima defesa de terceiro, que deverá ser devidamente apurada, diante dos elementos indiciários reunidos até o momento, estabelece-se que não é permitido extrapolar os limites do estritamente necessário". Além disso, o *decisum* em exame consignou que "após os fatos, **o averiguado encontra-se evadido, sendo necessária também a colheita da sua versão**" (ambos à fl. 42).

Com efeito, a Corte de origem ao julgar o habeas corpus lá impetrado assim justificou a necessidade da constrição temporária:

[...] levando-se em consideração as circunstâncias em que cometidos os crimes e a necessidade de se assegurar as investigações criminais, era mesmo de rigor a adoção da medida constritiva, até mesmo porque há multiplicidade de pessoas a serem ouvidas, familiares das vítimas e do paciente, sendo possível que ele prejudique a instrução,

seja por meio de intimidação e coação de eventuais testemunhas que presenciaram os fatos, seja, ainda, por meio da destruição e ocultação de provas, como por exemplo, o facão usado pelo irmão do autor quando dos fatos, restando caracterizada a imprescindibilidade reclamada às investigações do inquérito policial (fl. 76).

Tais circunstâncias evidenciam, ao menos em princípio, estar devidamente justificada a decretação da custódia temporária com base na hipótese prevista no inciso I do art. 1º da Lei n. 7.960/1989 – **imprescindibilidade da prisão para as investigações do inquérito policial** –, a afastar, por conseguinte, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado na impetração, em especial: a) se o recorrente já foi localizado; b) se houve a eventual conversão da prisão temporária em custódia preventiva; c) se houve o eventual oferecimento de denúncia.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**